O BRASIL QUE LULA ENTREGA A LULA

O Estadão publicou neste domingo um **levantamento da consultoria RK Partners:** 26% das empresas com ações na Bolsa, as maiores do país, não ganham o suficiente para pagar os juros da própria dívida. Quase metade delas é indústria e comércio. Num país em que uma de cada quatro grandes empresas trabalha para pagar juros, o melhor negócio que existe é emprestar ao governo.

A Selic, a taxa básica de juros, começou o ano em 15% e, mesmo com os cortes, ainda rende mais de 8% ao ano acima da inflação, sem risco. Nos doze meses até agosto, segundo o Banco Central, o setor público gastou R$ 1,18 trilhão só com juros, mais de quatro vezes o orçamento federal da saúde. Uma empresa que quer construir uma fábrica disputa esse dinheiro com o governo, e só consegue se pagar mais caro. Boa parte dessas dívidas é de 2020, quando a Selic estava em 2%. Cinco anos depois o juro era sete vezes maior, e quem pegou dinheiro para crescer hoje só rola a dívida.

Gastar mais do que arrecada é um buraco que tem de ser fechado, mas é a parte menor da conta, abaixo de 1% do PIB, enquanto os juros passam de dez vezes isso. Daí parte da esquerda concluir que bastaria baixar o juro na canetada. Foi tentado no governo Dilma, em 2012, com a Selic derrubada a 7,25%, e terminou em 2015 com inflação de dois dígitos e Selic a 14,25%. O juro é alto porque quem empresta não acredita que as contas vão ficar em ordem, e a regra fiscal de 2023 não mudou isso. A dívida, que estava em 74% do PIB, hoje passa de 80%.

E não dá mais para culpar os outros. Lula passou dois anos acusando Roberto Campos Neto pelo juro alto. Desde janeiro de 2025 o presidente do Banco Central é Gabriel Galípolo, escolhido por ele, como a maioria da diretoria, e foi esse mesmo Banco Central que levou a Selic a 15% e a segurou lá por nove meses. O juro que sufoca as empresas vem, em boa parte, da desconfiança com as contas públicas que há quatro anos são do atual governo – é um lado que um governo que fala tanto em soberania deveria olhar.

A empresa que não paga os juros acaba vendendo um terreno ou uma participação com pressa e por menos do que vale. No primeiro semestre, segundo a TTR Data, **estrangeiros compraram 155 empresas brasileiras por R$ 58 bilhões**, e parte dessas vendas veio de companhias endividadas se desfazendo dos melhores ativos. Sem privatização nem escândalo, empresas brasileiras vão mudando de dono, e o governo deveria ao menos querer saber de quem serão em alguns anos.

A resposta de sempre é anunciar uma linha de crédito para os mais de R$ 700 bilhões em dívidas de empresas em renegociação com bancos e fundos. Para quem já não paga os juros, dinheiro novo a juro parecido paga a dívida velha e adia o problema por um mês. O que resolveria é mais lento. Convencer quem empresta de que a dívida pública vai parar de crescer, o que exige mexer no gasto, e dar a quem produz crédito de longo prazo sem depender de quem vive de renda fixa. A dívida pública, que em outros países ajudou a construir indústria e estrada, aqui virou o lugar onde o dinheiro vai parar.

O quarto mandato de Lula começa com um problema que o terceiro criou, e ele não precisa esperar a posse para saber disso, o Banco Central dele publica os números todo mês.

A pergunta que fica para janeiro, que já não dá para pôr na conta de adversários, é se emprestar ao governo vai continuar sendo o melhor negócio do país. Até agora o governo não disse o que pretende fazer, além de discutir quem será o próximo ministro da Fazenda.

- **Juros sufocantes:** A Selic elevada encarece o crédito, dificulta a rolagem das dívidas empresariais e torna os títulos públicos mais atraentes que investimentos em fábricas, expansão e produção.
- **Desconfiança fiscal:** O crescimento da dívida pública e a percepção de desequilíbrio das contas mantêm elevados os juros, inclusive sob um Banco Central cuja presidência e maioria da diretoria foram escolhidas por Lula.
- **Ativos em risco:** Empresas endividadas vendem terrenos, participações e outros ativos para aliviar suas dívidas, enquanto investidores estrangeiros ampliam aquisições de companhias brasileiras.

